



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Caer  
A  
Pd

Acta n.º 10/2010

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas vinte horas e trinta minutos, nos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em sessão pública ordinária, sob a presidência do seu excelentíssimo Presidente, Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informação da Actividade da Câmara;
2. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, Organização dos Serviços Municipais;
3. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Taxas e Licenças Municipais;
4. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2011 - 2014;
5. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento 2011;
6. Apreciação e Votação da Acta da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de Setembro de 2010;
7. Apreciação e Votação da Acta da Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de 26 de Novembro de 2010;

### Presenças:

Membros da Assembleia Municipal, registou-se a presença de Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Andreia Sofia Zacarias Véstea, Rui Miguel Varela Chorinca, Rui da Silva Matos Dias, João José Marcelino Pires, Francisco José Rei Alexandre, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Belo Salvado Pratas, Miguel Romão Caldeira Baptista, António Manuel Freire Louro, Luís Duarte Lopes Tomé, José Maria Mendes Fura, António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho e Alda Maria Antunes Grácio.

Entrou na Mesa da Assembleia a justificação da falta de Olga Maria Amaro Domingos Capão, do Grupo do PS, que se fez representar pelo Senhor Joaquim Calhaço Subtil.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

*Carta*  
*A*  
*Pd.*

Acta n.º 10/2010

No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra;  
Presidente da Junta de Freguesia de Crato e Mártires, José António Correia Belo;  
Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, Celestino Marques Faustino; Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Fernando Duque de Mendonça e Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Peso, Manuel de Carvalho Grilo.

Entrou na Mesa da Assembleia a justificação da falta de Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, Armando Coelho Mafaldo, que se fez representar pelo Senhor Armando Manuel Carrilho Coelho.

No que respeita aos **membros do Executivo Camarário**, registou-se a presença do Senhor Presidente da Câmara, João Teresa Ribeiro, do Senhor Vereador Fernando Jesus Santos Gorgulho, da Senhora Vereadora Fernanda de Lurdes Pinto Massano, do Senhor Vereador João Manuel Ferreira Farinha, registando-se a ausência do Senhor Vereador José Correia da Luz.

Registou-se ainda a presença de público.

Verificado o quórum necessário o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino Simões Bastos Silva** deu início aos trabalhos.



# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

*Caros*  
*A*  
*Pd*

Acta n.º 10/2010

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

#### Correspondência:

O Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, informou do Registo da Correspondência **Recebida** e **Expedida** de 28 de Setembro a 28 de Dezembro de 2010, sendo o mesmo distribuído por todos os Membros da Assembleia.

Informou do Registo de Publicações e Edições da Assembleia Municipal e de Outras entidades enviadas aos membros desta Assembleia Municipal e a outras Estruturas do Concelho.

Fez referência ao ofício que chegou do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal e que foi enviado a todos os membros desta Assembleia Municipal, sobre Regulamentação do Horário de Funcionamento do Comércio e Serviços.

Informou que foi enviado um ofício do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o pagamento das portagens na A23 e na IP6 referindo a posição da Câmara Municipal do Crato.

Informou que foi enviado a todos os membros da Assembleia Municipal, o Registo de todos os requerimentos, pedidos de esclarecimento e de informação que chegaram à mesa da Assembleia Municipal durante o período de 1 de Novembro de 2009 a 28 de Dezembro de 2010.

Informou que no dia 27 de Dezembro de 2010 realizou-se uma Reunião Plenária Extraordinária da Assembleia Intermunicipal da CIMAA e que foi enviado a todos os membros informação sobre a mesma.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

*Comissão*  
*A.*  
*PD.*

### Acta n.º 10/2010

Informou que foi enviado a todos os membros da Assembleia Municipal, ofício de resposta a um requerimento apresentado pelos eleitos do PPD/PSD, sobre os apoios concedidos às Juntas de Freguesia do Concelho.

Informou que foi enviada resposta sobre a solicitação de inquérito sobre Auxílio Económico atribuído a Dina Maria Batista Ventura no âmbito dos apoios Económicos atribuídos pela Câmara Municipal, apresentada pela Dr.ª Alda Grácio.

Informou que a Assembleia Municipal enviou e recebeu a Boas Festas de várias entidades e destacou a Boas Festas recebidas da parte da Presidência da Assembleia da República na pessoa do Dr. Jaime Gama.

Tomou a palavra o **Senhor Rui Matos Dias, da CDU**, dizendo que na Sessão da Assembleia Municipal de 26 de Novembro de 2010, constou da Ordem de Trabalhos e foram votadas, como Pontos n.ºs 3 e 4, as propostas da Câmara Municipal do Crato, das Taxas do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), alínea b) e c), que incidem, respectivamente, sobre os “prédios urbanos” e sobre os “prédios urbanos avaliados”, de acordo com o Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro. Disse que, para o ano de 2008, as mesmas taxas foram aprovadas na Assembleia Municipal, para a alínea b), em 0,6% e alínea a), em 0,4%. Disse também que para o ano 2009, já na vigência do actual Executivo Camarário, foram aprovadas as taxas de 0,5% (menos 16,66%) e de 0,3% (menos 25%) para a alínea c).

Disse que em 26 de Novembro de 2010 foi aprovada a proposta da Câmara Municipal para a alínea b), a taxa de 0,5% (menos 28,58% que no mandato anterior) e para a alínea c), a taxa de 0,3% (menos 40% que no mandato anterior).





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

Disse que, tendo em conta que foram retirados ao Concelho do Crato, em 2010, mais de 204 mil euros, com a agravante de isso ter acontecido a meio do ano, por força da aplicação dos PEC's e pelo Orçamento de Estado para 2011, retirados mais de 465 mil euros; considerando que as taxas do IMI, são das poucas receitas a que as Câmaras Municipais podem recorrer, considera que a Câmara Municipal poderia sensibilizar as Finanças para procederem à avaliação de todos os imóveis, uma vez que a diferença entre a alínea b) e c), decorre de haver prédios avaliados ou não.

Disse que considera uma injustiça haver quem pague mais, porque a sua propriedade foi avaliada, e quem pague muito menos, porque essa avaliação não aconteceu e é da responsabilidade dos Serviços das Finanças.

Explicou que a sua intervenção sobre este assunto nesta Sessão da Assembleia Municipal, deve-se ao facto de alguém ter *papagueado* lá fora, dizendo e mentindo, que tinha proposto que o IMI fosse aumentado. Disse que, esse alguém, se esqueceu de dizer que a proposta aqui aprovada reduziu bastante o valor das taxas a cobrar pela Câmara Municipal, relativamente ao mandato anterior.

Disse que, ao contrário do que já fizeram pelo menos 176 das 308 Câmaras Municipais, que irão cobrar a taxa máxima que a Lei lhes permite e que apenas cerca de 6%, todas as autarquias com menos meios, certamente ao nível do Município do Crato, vão aliviar os seus munícipes da cobrança de taxas mais elevadas.

Tomou a palavra o Dr. Pratas, do PS, referindo-se à deliberação n.º 772 – União Recreativa Matense – Pedido de Apoio, à deliberação n.º 774 – Grupo Desportivo Gafetense – Pedido de Subsídio, à deliberação n.º 775 – Futebol Clube do Crato – Pedido de Subsídio, à deliberação n.º 785 – Redução da taxa disponível de IRS para os contribuintes residentes no Município do Crato e à deliberação n.º 786 – Abertura da Candidatura aos apoios

*Carreira*  
*A.*  
*Rol.*





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

financeiros aos estudantes do Ensino Superior ou Equiparado para o ano lectivo 2010/2011, nos termos do Regulamento em vigor, dizendo que todas elas têm em comum um traço essencial e todas elas dizem, na boca no senhor Presidente da Câmara e de quem as votou favoravelmente, nos seus considerandos o que passou a ler:

*"2. Considerando a redução das receitas da Câmara Municipal do Crato em cerca de 700 mil euros (mais de 200 mil em 2010 e cerca de 500 mil euros em 2011), a que tinha legalmente direito, efectivada pelo Governo, e ainda a inviabilização por eleitos da Assembleia Municipal do Crato da contratação de empréstimos bancários em valor superior a 300 mil euros, para financiamento de obras municipais, a Câmara Municipal vê-se obrigada a tomar medidas de racionalização nos apoios a conceder às instituições legalmente constituídas".*

Disse que, os eleitos desta Assembleia e falando em nome dos eleitos do Grupo do PS, foram eleitos pelo povo eleitor do Município do Crato e têm um direito que lhes assiste, pelo acto eleitoral, que é exactamente em democracia, de se oporem a deliberações que não podem considerar, que foi exactamente o que fizeram, quer em relação aos empréstimos, quer em relação a outras deliberações, exerceram um direito que foi sufragado eleitoralmente e assumido com a própria declaração de voto. Disse que, já é tempo da Câmara Municipal acabar com estas *lamúrias*.

Deu entrada na mesa da Assembleia Municipal uma Proposta de Moção sobre o encerramento do Serviço Local de Segurança Social de Gáfete, assinada pelos eleitos do PS.

Tomou a palavra o **Senhor António Louro, do PS**, dizendo que no folheto que a Câmara Municipal fez distribuir para publicitar o Reveillon se refere ao bucho de morcela de Gáfete e isso diz respeito à sua empresa, dizendo que não tem nada para fornecer.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Falou do consumo de água referindo-se a exemplos de empresas que, do mês de Novembro para o mês de Dezembro, tiveram um aumento no pagamento por volta dos 170%. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara como é que se consegue trazer empresas para o nosso Concelho, com exemplos como este que referiu em relação ao pagamento mais caro do consumo de água? Perguntou também porque é que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, quando reuniu com as populações do Concelho, onde o tema era as Grandes Opções do Plano, não informou deste aumento?

Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, Celestino Marques Faustino**, dizendo que a proposta apresentada pelo membro Rui Matos Dias, da CDU, na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 26 de Novembro de 2010, encontra-se ferida de nulidade nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 95º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, devido a não poder existir qualquer deliberação no sentido que envolva o exercício de poderes tributários, por ser considerada nula.

Disse que o membro Rui Matos Dias, da CDU, desconhece que a primeira avaliação cabe ao chefe de Finanças nos termos do artigo 37º do IMI, o segundo aos peritos avaliadores. À Câmara apenas compete, nos termos do artigo 112º do referido Código a proposta de fixação das taxas, cabendo à Assembleia Municipal fixar as mesmas em cada ano mediante deliberação. Segundo o n.º 6 do artigo 113º do IMI existe uma isenção técnica para os prédios urbanos, cujo imposto seja inferior a 10 euros. Face a todas estas normas do direito fiscal e também o constante no seu artigo 128º do IMI, que a Câmara Municipal apenas tem competência para prestar colaboração com a Administração Fiscal, com o envio de mapas mensais e outros, nomeadamente referentes a loteamentos, licenças de construção e obras.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*CVT*

*Ad*  
*Rel*

Em conclusão disse que, esta Assembleia está perante uma proposta infundada, pois se os prédios fossem avaliados estaria-se na presença de um aumento de impostos para a maioria da população do Município do Crato, incluindo os prédios de reduzido valor patrimonial a que se refere 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Tomou a palavra o **Dr. Miguel Batista, do PS**, referindo-se às Comemorações do 5 de Outubro e dizendo que no nosso Concelho essa data não foi bem comemorada, resumindo-se apenas a uma pequena exposição na Biblioteca Municipal, que considerou um pouco fraca. Sugeriu à Câmara Municipal que fosse feita uma pesquisa sobre o nome das ruas, sobre os elementos que tomaram posse em 1910, sobre os resultados das eleições em 1908, saber se há pessoas do Concelho que possam ter estado ligadas à Revolução do 5 de Outubro.

Disse que se assiste um número continuado ou mesmo crescente de actividades para Idosos e não se vê nada para os Jovens ou para os mais novos com a agravante de se ter retirado o Parque Infantil. Considera que se está a investir pouco com os mais novos, pois são estes, que um dia mais tarde, se não forem cativados, irão embora do Município.

Em relação à Dinâmica Jovem, perguntou ao Executivo que tipo de contratos estabeleceu e qual a durabilidade destes? Disse ter conhecimento que houve interrupções e questionou o porquê de tal situação? Disse que alguns Jovens podem ser chamados de imediato, depois dessa interrupção e, considera que isso não é permitido por força do Regulamento aprovado.

Considera que a Dinâmica Jovem deveria ser disponibilizada às IPSS e às Associações e não um programa exclusivo da Câmara Municipal, pois foi esse o espírito com que este foi criado.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*Car*

*A.*

*Ad.*

Referindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que gostaria de ter algumas informações sobre a Comissão Municipal de Trânsito uma vez que foi eleito como representante desta Assembleia nesta Comissão.

Em relação à Educação, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido de este dar algumas informações sobre a possibilidade de fusão entre o Agrupamento de Escolas do Crato e o Agrupamento de Escola de Nisa, ida dos alunos do primeiro ciclo de Gáfete para Tolosa ou para Alpalhão.

Considera pertinente que a Câmara Municipal promova Acções de Formação para os Assistentes Operacionais da Escola Básica Integrada, nomeadamente em Relações Humanas, pois diz ser um aspecto que falha um pouco no Agrupamento de Escolas.

Relativamente ao Conselho Municipal de Educação, considera premente que o mesmo se reúna, dando cumprimento à legislação em vigor e abordando o assunto da fusão do pré-escolar de Gáfete com o 1.º Ciclo de Gáfete, pois considera que é a alternativa certa para a salvação da Escola de Gáfete por mais alguns anos.

Tomou a palavra o **Prof. Rodrigues Lopes, do PPD/PSD**, dizendo que relativamente a uma questão que já tinha levantado anteriormente, daquilo que são obrigações do Ministério da Educação, do Ministério da Administração Interna quanto à descentralização de responsabilidades do Município, até que ponto é que há falhas na satisfação das obrigações destes ministérios, relativamente à Câmara Municipal? Considera que a Câmara Municipal pode ter algumas dificuldades em matéria de Educação e noutros domínios, porque não chega à Câmara o que é de obrigação vir de outros ministérios e era isso que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara Municipal informasse.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*[Handwritten signatures]*

Disse que, abordou numa outra Assembleia Municipal o facto da estrada entre Monte da Pedra e Cunheira ter alguns buracos e que, se o Senhor Presidente da Câmara Municipal não diligenciasse para que estes fossem tapados, ele mesmo o faria. Só não o fez porque passados dois ou três dias, passou na estrada de Gáfete e dirigiu-se ao responsável pela empresa que está a arranjar esta mesma estrada solicitando, como cidadão, que esta mesma empresa fizesse o favor de tapar os buracos da estrada entre Monte da Pedra e Cunheira. Com isto, disse querer, perante esta Assembleia, fazer um reconhecimento à empresa NívelVias, na pessoa do Senhor Manuel Durão, pela diligência e empenhamento com que cedeu ao seu pedido, de natureza meramente cívica, para tapar os buracos existentes no piso da estrada entre Monte da Pedra e Cunheira, ainda que fora da sua responsabilidade de empreitada que tem com a Câmara Municipal.

Considera também que, na sua opinião como cidadão e não como técnico, os trabalhos executados na estrada que vai para o Sume, estão mal feitos e derivado a isto alertou a Câmara Municipal para que a pessoa responsável por fiscalizar estas obras, fosse ao local para verificar os trabalhos.

Manifestou o seu desagrado, no que se refere ao que vem escrito nas deliberações que o Dr. Pratas mencionou anteriormente, dizendo que cada eleito tem o direito de votar como entende, está no uso dos seus direitos, que entende que o Senhor Presidente quer apostar naquilo que propõe para a consecução dos objectivos, mas que cada um tem a sua opinião e há que as respeitar.

Referiu também o aumento do pagamento do consumo de água e disse que, com todas estas dificuldades que se estão a criar às populações, qualquer dia o Concelho cai no abandono. Considera que o Executivo tem que tomar outras medidas e gerir o dinheiro do Crato de outra forma.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Acta n.º 10/2010

*Caro*

*Ad.*  
*Ad.*

Em relação às Comemorações do 5 de Outubro disse que, estava em condições de trazer uma exposição sobre a República que esteve patente em várias cidades do centro do País, não para este ano porque já passou a data mas para o ano que vem.

Disse que têm que se fazer todos os esforços para que o desenvolvimento do Concelho do Crato não pare, dando como exemplo o caso das escolas, dos esgotos, etc.

Em relação ao pagamento das portagens na A23, considera que esta Assembleia Municipal se deve manifestar no sentido de pedir a suspensão imediata do que está previsto e não opor-se.

Tomou a palavra a **Dr.ª Alda Grácio, do PPD/PSD**, para acusar a recepção do ofício de resposta às 2 vias do requerimento que os eleitos do PPD/PSD tinham apresentado à mesa da Assembleia Municipal sobre a atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia.

Em relação à sua solicitação de Inquérito sobre Auxílio Económico atribuído a Dina Maria Batista Ventura no âmbito dos apoios Económicos atribuídos pela Câmara Municipal, disse que, depois de concluído o inquérito e da sua convicção ter revelado coerência, que a senhora em questão não residia em Gáfete, quis referir dois aspectos. O primeiro é que a senhora em questão infringiu um conjunto de normas e considera inconcebível a entrada de documentos sem data, números de contribuinte fiscal que nada tinham a ver com a morada, bilhetes de identidade a caducar e o júri não pede qualquer esclarecimento sobre isto. Por outro lado considera que o Regulamento em questão tem necessidade de ser melhorado e actualizado.

Disse ter conhecimento que os auxílios económicos foram cancelados, considerando que o Executivo está de parabéns derivado a tal facto. Acrescentou que o dinheiro do Município é de todos os Munícipes e que a atribuição de uma bolsa de estudo é por mérito ou por





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*Handwritten signatures and initials.*

carência. Considera que os subsídios neste Concelho foram atribuídos com base em tudo menos no mérito e na carência.

Concluiu dizendo que o PPD/PSD fará chegar à mesa da Assembleia Municipal, uma proposta com vista ao melhoramento e à actualização do Regulamento de Atribuição de Auxílios Económicos a Estudantes do Ensino Superior ou Equiparado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, tomou a palavra para responder ao Dr. Miguel Batista dizendo que em relação à Comissão Municipal de Trânsito, esta Assembleia Municipal fez o que lhe competia que era eleger um representante para integrar esta Comissão e que o funcionamento desta competia ao Executivo Municipal.

Disse também, que é intenção da mesa da Assembleia Municipal, interceder junto do Executivo solicitando um relatório do funcionamento de cada uma das Comissões, que integram os membros eleitos desta Assembleia.

Entrou na mesa da Assembleia Municipal uma Proposta de Moção sobre o pagamento das portagens na A23 e na IP6, assinada pelos eleitos da CDU.

Foi ainda apresentada uma proposta de Moção sobre o pagamento das portagens na A23 e na IP6 assinada pelos membros eleitos nesta Assembleia Municipal, que integram a Assembleia Intermunicipal da CIMAA, Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Dr. António Salvado Pratas e o Prof. Dr. Rodrigues Lopes.

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, colocou as Propostas de Moção à admissão para discussão o que resultou o seguinte:

a) 21 (vinte e um) **Votos a favor**, a saber:





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*[Handwritten signatures]*

- **9 votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Andreia Sofia Zacarias Véstea, Rui Miguel Varela Chorinca, Rui da Silva Matos Dias, João José Marcelino Pires, Francisco José Rei Alexandre, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Presidente da Junta de Freguesia do Crato e Mártires, José António Correia Belo e Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Peso, Manuel de Carvalho Grilo;
- **8 votos do Grupo do PS:** António Belo Salvado Pratas, Miguel Romão Caldeira Baptista, António Manuel Freire Louro, Luís Duarte Lopes Tomé, José Maria Mendes Fura, Joaquim Calhaço Subtil, Armando Manuel Carrilho Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra;
- **4 votos do Grupo do PPD/PSD:** António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho, Alda Maria Antunes Grácio, Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, Celestino Marques Faustino e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra Marco Fernando Duque de Mendonça.

**Deliberação:** A admissão das Propostas de Moção para discussão foi aprovada por unanimidade

O Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, colocou à consideração que as Propostas de Moção apresentadas fossem transformadas em propostas de toda a Assembleia Municipal, as quais foram aprovadas por unanimidade.

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, passou à votação da Moção sobre o encerramento do Serviço Local de Segurança Social de Gáfete da qual resultou o seguinte:





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

a) 21 (vinte e um) Votos a favor, a saber:

- **9 votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Andreia Sofia Zacarias Véstea, Rui Miguel Varela Chorinca, Rui da Silva Matos Dias, João José Marcelino Pires, Francisco José Rei Alexandre, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Presidente da Junta de Freguesia do Crato e Mártires, José António Correia Belo e Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Peso, Manuel de Carvalho Grilo;
- **8 votos do Grupo do PS:** António Belo Salvado Pratas, Miguel Romão Caldeira Baptista, António Manuel Freire Louro, Luís Duarte Lopes Tomé, José Maria Mendes Fura, Joaquim Calhaço Subtil, Armando Manuel Carrilho Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra;
- **4 votos do Grupo do PPD/PSD:** António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho, Alda Maria Antunes Grácio, Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, Celestino Marques Faustino e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra Marco Fernando Duque de Mendonça.

**Deliberação:** A Moção sobre o encerramento do Serviço Local de Segurança Social de Gáfete foi aprovada por unanimidade

Depois de várias intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal em relação à redacção das Propostas de Moção, foi delegado na mesa a fusão das duas propostas sobre o pagamento das portagens na A23 e na IP6.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, passou à votação da Moção sobre o pagamento das portagens na A23 e na IP6 da qual resultou o seguinte:

a) 21 (vinte e um) **Votos a favor**, a saber:

- **9 votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Andreia Sofia Zacarias Véstea, Rui Miguel Varela Chorinca, Rui da Silva Matos Dias, João José Marcelino Pires, Francisco José Rei Alexandre, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Presidente da Junta de Freguesia do Crato e Mártires, José António Correia Belo e Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Peso, Manuel de Carvalho Grilo;
- **8 votos do Grupo do PS:** António Belo Salvado Pratas, Miguel Romão Caldeira Baptista, António Manuel Freire Louro, Luís Duarte Lopes Tomé, José Maria Mendes Fura, Joaquim Calhaço Subtil, Armando Manuel Carrilho Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra;
- **4 votos do Grupo do PPD/PSD:** António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho, Alda Maria Antunes Grácio, Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, Celestino Marques Faustino e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra Marco Fernando Duque de Mendonça.

**Deliberação:** A Moção sobre o pagamento das portagens na A23 e na IP6 foi aprovada por unanimidade





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*[Handwritten signatures]*

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

#### 1. Informação da Actividade da Câmara;

O Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação do ponto.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. João Teresa Ribeiro**, dizendo que relativamente à Informação da Actividade da Câmara, nesta está plasmado o mais relevante da actividade do Município. Chamando atenção de todos os membros da Assembleia Municipal para o facto da Câmara Municipal do Crato, ter apresentado candidaturas para os fundos comunitários, sendo estas, uma das tarefas principais deste Executivo Municipal, para conseguir mais meios económicos para financiar projectos importantes para o desenvolvimento do Município, visto que os meios financeiros que a Câmara Municipal dispõe ficam muito aquém das necessidades existentes no Concelho.

De seguida deu a palavra a todos os membros da Assembleia Municipal para as intervenções que considerassem pertinentes.

Tomou a palavra o **Dr. Pratas, do PS**, para saudar a atitude do Senhor Presidente da Câmara Municipal em ter participado, no dia 24 de Novembro de 2010, nas celebrações da Assembleia dos Cavaleiros da Ordem Soberana Militar de Malta por ocasião da visita a Portugal de S.A.E. o Príncipe e Grão-Mestre da Ordem Soberana Militar de Malta, Frei Matthew Festing. Disse que, no tempo em que o Dr. Joaquim Mariano Cabaço presidia esta Assembleia Municipal, houve uma discussão calorosa e que, membros eleitos na altura e, que hoje, ainda fazem parte desta Assembleia discutiram e gozaram, se estes eram na realidade os verdadeiros cavaleiros da Ordem de Malta.

Disse que, mais vale tarde que nunca e que esta atitude do Senhor Presidente da Câmara já vem tarde mas, vem colocar justiça quer àqueles que na altura, em si, perpetuaram essa





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*Handwritten signature*

*Handwritten mark*

*Handwritten initials*

memória e deliberaram sobre situações que de facto eram verdadeiras, quer naquilo que outros eleitos democraticamente e em representação do Concelho, por este Concelho do Crato, por este Município, bem fizeram. Disse que, na altura, houve alguns membros que tentaram vilipendiar a até tiveram uma atitude de gozo, não só com o Presidente da Assembleia Municipal mas também, com alguns elementos desta mesma Assembleia Municipal, e que agora passados alguns anos vem realmente colocar as coisas no seu verdadeiro lugar.

Em relação ao que está plasmado na página 15 do Documento da Informação da Actividade da Câmara Municipal, no que diz respeito aos Levantamentos Topográficos no Concelho do Crato, perguntou o Senhor Presidente da Câmara Municipal se estava a pensar ou não nalguma parceria? Disse que questiona esta situação porque tem conhecimento que a CIMAA, tem técnicos capacitados para poderem elaborar este levantamento.

No que diz respeito ao desenvolvimento económico, nomeadamente a Zona Industrial do Crato, diz que a Câmara Municipal faz alguns considerandos e termina, concluindo que vai accionar os mecanismos legais da reversão de lotes no caso de não haver resposta às notificações por parte das pessoas que adquiriram esses mesmos lotes. Considera que não deve ser aplicada apenas uma óptica jurídica, deve-se entender esta Zona Industrial, e sendo o Município do Crato um Concelho extremamente carenciado de pequenas e médias empresas, é evidente que o sentido do desenvolvimento do Município terá inevitavelmente a ver, quer com a promoção quer com o crescimento económico do Concelho e terá a ver com a instalação de pequenas e médias empresas que se queiram instalar nesta Zona Industrial. Disse que a Câmara Municipal, não os pode afastar, por não cumprirem escrupulosamente as regras que estão previstas no regulamento para a Zona Industrial. Este tema terá que ser enquadrado mais numa perspectiva económico-





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*[Handwritten signatures and initials]*

financeira do que numa perspectiva jurídica para contribuir para o bem-estar das populações deste Concelho.

Tomou a palavra o **Senhor Rui Matos Dias, da CDU**, dizendo que a informação periódica do Senhor Presidente da Câmara Municipal continua a dar uma visão completa e exaustiva da forma de gestão que vem sendo prosseguida e traduz toda a transparência que permite conhecer globalmente a actividade desenvolvida.

Considera que a população é o sujeito da actividade municipal, por isso o Senhor Presidente da Câmara Municipal percorreu todas as Freguesias do Concelho para informar e para ouvir os munícipes.

Da informação extensa que é prestada, destacou dois ou três pontos, não querendo significar com isso que toda a informação não seja igualmente importante.

Em primeiro lugar, destacou a relação entre investimento e comparticipação de fundos comunitários. Disse que para um investimento previsto de 4.311.724 euros, será possível obter uma comparticipação de 3.409.179 euros ficando a cargo da Autarquia só o montante de cerca de 900.000 euros. Considera que é uma situação que merece reflexão.

Em segundo lugar, referiu que a informação sobre os saldos das disponibilidades financeiras da Câmara Municipal, em 15/09/2009 e em 14/09/2010, o anexo 30 da Informação da Actividade da Câmara Municipal, sob a forma de ofício do Senhor Presidente da Câmara, dirigido a todos os eleitos desta Assembleia Municipal, possibilita um esclarecimento sobre o assunto e considera que não seria necessário um espaço de tempo tão dilatado, porque bastaria consultar as actas imediatamente posteriores a 15/09/2009.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*[Handwritten signatures and initials]*

Por último disse que, já alguém dizia por aí que a Zona Industrial do Crato está ao abandono, considera que esta esteve vários anos abandonada e diz saber que, a situação a que chegou resulta do não cumprimento das normas do regulamento respectivo. Referiu que a informação do Senhor Presidente diz que esta situação começou, no mês passado, a evoluir, mas certamente não será num ano que os problemas que durante vários anos persistiram serão resolvidos.

Tomou a palavra o **Dr. Miguel Batista, do PS**, dizendo que relativamente à acta n.º 28 de 17 de Novembro de 2010 na sua página 58, na sua deliberação 718 – Alteração ao Orçamento do Projecto Caminhos (Ratificação), que existe qualquer coisa que não bate certo, porque a votação não está correcta. Onde diz a *“A Câmara deliberou aprovar a proposta do senhor Presidente por maioria com dois votos favoráveis dos Senhores Vereadores José Correia da Luz e João Manuel Ferreira Farinha”* talvez devesse estar escrito *“A Câmara deliberou aprovar a proposta do senhor Presidente por maioria com dois votos contra dos Senhores Vereadores José Correia da Luz e João Manuel Ferreira Farinha”*?

De seguida, referindo-se à Acta n.º 29/2010, deliberação 751 e na sequência da 752, 753 e 754, que têm a ver com atribuição de subsídios às IPSS do nosso Município disse que, foi atribuído um subsídio de 1.000 euros a cada uma destas instituições e que não lhe chocaria, tendo em conta que a Santa Casa da Misericórdia do Crato tem mais duas extensões, em Flor da Rosa e em Monte da Pedra, fosse atribuído pelo menos mais 1.000 euros por cada uma dessas duas extensões que funcionam em localidades distintas.

Relativamente à deliberação n.º 755 – Festa Municipal da Passagem do Ano, da Acta n.º 29/2010, disse ter ficado espantado ao ver que o texto é o mesmo de outros tempos, ou seja, do mandato anterior. Disse que o texto que era proposto no mandato anterior para a realização desta festa está claramente chapado nesta acta. Disse lembrar-se que quando a CDU era oposição e criticava tanto o executivo anterior porque este, não dava





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

oportunidade ao tecido empresarial do município de fazer uma festa destas, agora aconteceu o mesmo, o tecido empresarial é pouco ou nenhum e não tem capacidade para fazer isto.

Ainda acerca deste assunto, considera que não consta nada sobre o orçamento previsto para este evento, por isso deixou no ar *"onde pára a transparência, a clareza e a informação?"*

Disse que, na Acta n.º 30/2010 na página 2 apraz-lhe registar que a obra "Varanda do Grão Prior – Arquivo Histórico e Documental" terá sido aceite pelo INAlentejo e considera que virão verbas para fazer face a esta obra, ou seja, mais uma razão para, os eleitos do PS, não terem aprovado o empréstimo previsto para financiar esta obra.

Em relação à deliberação n.º 772 – Trilhos Matenses, onde a União Recreativa Matense pediu 2.000 euros de apoio e a Câmara concedeu 500 euros, considera ter sido uma boa medida tomada pelo Executivo e espera continuar a ver, durante o ano de 2011, esta coerência.

Ainda na Acta n.º 30/2010, deliberação n.º 773, considera que a Câmara Municipal não deve aceitar pedidos do 1.º Ciclo ou do Pré-Escolar de Gáfete individualmente, porque existe uma entidade acima destes estabelecimentos, que é o Agrupamento de Escolas e, qualquer pedido destas escolas deve vir, por lei, da sua entidade tutelar, nem sequer deviam ser aprovadas estas deliberações.

Disse corroborar o que o Dr. Pratas referiu acerca do que vem escrito nas actas do Executivo, uma coação relativamente aos tais eleitos que não aprovam empréstimos e por força disso, não se dá os apoios que se gostaria de dar às colectividades. Considera que não é uma atitude muito séria, estar a transcrever isso para as actas. Disse que podem fazê-lo em discurso e até mandar para os órgãos de comunicação social, agora deixar isso





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

escrito é uma grande falta de consideração pelos restantes eleitos que têm o direito à diferença.

Ainda na Acta 30/2010 na deliberação n.º 785 – Redução da Taxa disponível do IRS para os Contribuintes residentes no Município do Crato, considera que os contribuintes do Concelho pagam muitos impostos e vêem os seus salários reduzidos e até os seus abonos. Considera ser uma receita que ninguém a vai ver e vai diluir-se entre passeios e jantares que possam ser feitos no Município. Disse que teria sido preferível não se aplicar esta taxa e assim todos beneficiavam.

Relativamente aos Auxílios Económicos sugeriu que o júri deveria ser alargado, composto com 2 Presidentes de Junta de Freguesia, 1 membro do Conselho Municipal de Educação, 1 membro da Associação de Pais, porque ela já existe, 1 membro do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas e quiçá 1 membro da Direcção Regional da Educação do Alentejo ou da Equipa de apoio às Escolas. Considera ser um assunto delicado e tratar-se de um certo apoio a certas famílias que dificilmente poderão manter os filhos a estudar sem este tipo de incentivo e apoio. Considera que se deve apostar na Educação, no aumento da massa cinzenta e crítica do Concelho.

Relativamente à deliberação n.º 787 da Acta 30/2010, considera que esta medida foi muito injusta, porque o 1.º Suplente dos Auxílios Económicos deveria ter sido beneficiado, uma vez que a verba estará para ser devolvida pela Dina Maria Ventura. Disse que o Ano lectivo de 2009/2010 ainda estava a decorrer, pois só termina em 31 de Agosto, quando a Dr.ª Alda despoletou esse assunto e, portanto, deveria ter sido chamado o 1.º suplente e este, teria sido beneficiado. Considera ter havido um pouco de má vontade e pediu igualdade e justiça pelo benefício das populações das 6 Freguesias do Concelho do Crato. Os regulamentos dizem que na existência de situações que não estejam contempladas, nos próprios, cabe à sua Comissão ou Júri deliberar.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

De seguida solicitou à Câmara Municipal que informasse a Assembleia Municipal, sempre que houvesse munícipes a intervir no final da Sessão da Assembleia Municipal, que seja dada informação da resposta do Executivo, uma vez que este, por norma, primeiro analisa o assunto e só depois responde.

Considera já ser tempo de deixar de ver, no final das actas da Câmara Municipal, quando se está no momento da entrega da acta para correcção e para aprovação, o seguinte texto: *"O Senhor Presidente forneceu cópias do projecto de Acta a todos os Vereadores para efeitos de apreciação ao contrário do que aconteceu no mandato autárquico anterior em que o então Presidente da Câmara José Correia da Luz sempre se recusou a fornecer as citadas cópias apesar de solicitadas pelos então Vereadores em Regime de Não Permanência João Teresa Ribeiro e Fernando Jesus Santos Gorgulho"*. Pensa que, este tipo de situações, devem deixar de existir, que todos devem seguir pelo mesmo caminho, que é, o bem do Concelho do Crato e deixar de provocações.

Em relação ao Passeio Todo-o-Terreno considera que, deverá ser repensado ou parar-se até com ele, em prol dos cortes que há, e equacionar em não fazer mais este gasto, porque a participação este ano foi reduzida. Considera que talvez o modelo já esteja gasto. Deu o exemplo do Concelho de Fronteira, que ultimamente tem dado cartas a nível nacional com o "24 horas" e outros certames. Talvez apostar numa coisa parecida ou do mesmo tipo.

Por último questionou o Senhor Presidente da Câmara perguntando o que se passa com o horário do Centro de Saúde do Crato?

Tomou a palavra o Prof. Rodrigues Lopes, do PPD/PSD, dizendo que, como os eleitos da Assembleia Municipal só têm acesso ao que se passa nas reuniões da Câmara Municipal, através das actas, regista com algum desagrado e alguma dificuldade de compreensão em relação à sensibilidade e fundamentação das opções que são tomadas, a nível de executivo, quer da parte de quem vota a favor, quer da parte de quem vota contra. Deu como





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

exemplo os Ajuste Directos, informação que os vereadores recebem antes da Reunião de Câmara mas que os membros desta Assembleia Municipal não e disse que pelas actas não há forma de analisar.

Disse que na Acta 30/2010 o Senhor Presidente acrescentou que *"a racionalização dos apoios às instituições decorre exclusivamente dos cortes nas receitas municipais pelos motivos invocados"*. Considera que a racionalização dos meios é uma necessidade, não é decorrente das limitações orçamentais e muito menos do que já foi dito, o facto de haver empréstimos que não são apoiados pelos partidos, que não são os partidos do executivo. Disse que a racionalização é indispensável e não é preciso estar-se a invocar uma questão como *"desculpa para"*, quando afinal é uma necessidade, é um princípio daquilo que são os princípios genéricos da gestão da Câmara. Disse também que a racionalização é uma questão de bom senso e não uma questão de falta de recursos.

Deu como exemplos alguns subsídios atribuídos a instituições, que não foram os solicitados pelas mesmas mas sim um valor inferior, estipulado pela Câmara Municipal e, considera que são exemplos claros de pedagogia de bom senso. Referiu que é aqui que estão ancorados os fundamentos dos eleitos do PPD/PSD quando dizem que existe um fundo de maneo de X e não há necessidade de se contrair um empréstimo. Disse haver necessidade de fazer essa parcimónia, em vez de se atribuir um subsídio de 2000 euros, atribuir-se apenas 300 euros.

Em relação às actas da Câmara Municipal, disse não compreender determinado tipo de atitudes de partidos que foram eleitos democraticamente, que estão na Assembleia Municipal, que estão no Executivo, e que, por vezes, parece haver qualquer coisa subjacente que classifica do outro lado, o lado da colaboração institucional, apesar das divergências políticas. Disse que neste aspecto o Senhor Presidente exagera um pouco na medida em que, quando põe as questões, coloca-as sempre como alguém que é





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*[Handwritten signatures and initials]*

contrariado e não vê com muitos bons olhos essa contrariedade quando afinal se trata de legitimidade democrática.

Referindo-se ao ponto 15 da página 8 do Documento da Actividade da Câmara, disse que o Senhor Presidente da Câmara faz referência ao Protocolo Financeiro e de Colaboração do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – FAME do Concelho do Crato, ficando responsável por contribuir com uma dotação de 250.000 euros e que a Câmara tem uma dívida à ADRAL de 8.787,44 euros. Disse que o Senhor Presidente não é o culpado, que esta dívida vem detrás mas que não entende como isto acontece. Disse espantá-lo ver compromissos que são assumidos e não são cumpridos e se deixam de um executivo para o outro.

Em relação aos Projectos Municipais que estão candidatos a fundos comunitários, questionou o Senhor Presidente da Câmara e perguntou: *“considerando que o Quadro de Referência Estratégica Nacional 2009-2013 tem milhões de euros provenientes da União Europeia para co-financiar projectos municipais, será que há tão pouca ambição e tão pouca imaginação para se fazer outros projectos que façam catapultar o Crato para um nível de desenvolvimento superior?”* Considera que o quadro de projectos municipais até 2013 é pouco.

Relativamente às estradas disse que em todas foram feitos melhoramentos e questionou o Senhor Presidente da Câmara o porquê de não terem sido feitos melhoramentos também na estrada de Monte da Pedra/Comenda?

Em relação ao Centro de Saúde disse que, está solidário com o Senhor Presidente para todos os esforços, diligências e contactos que este faça, para o Crato não ser discriminado pelo Ministério da Saúde, na construção de novas instalações para o Centro de Saúde do Crato.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*[Handwritten signatures and initials]*

Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Peso, Manuel de Carvalho Grilo**, referindo-se aos apoios financeiros às Juntas de Freguesia, disse que o quadro que está plasmado no documento da Actividade da Câmara só vem provar o que tem vindo a dizer até aqui, ou seja, que a Junta de Freguesia de Vale do Peso é discriminada desde 2005 na atribuição de subsídios pela Câmara Municipal do Crato.

Tomou a palavra o **Senhor Joaquim Calhaço, do PS**, dizendo que é do conhecimento geral que dia 1 de Fevereiro de 2011 vão fechar a circulação de comboios de Marvão à Torre das Vargens, ou seja, todas estas estações ficam sem ligação para o resto do País e do Mundo. Propôs à Câmara Municipal, uma vez que esta tem um motorista residente em Vale do Peso, tudo bem falado e mediante uma inscrição e consoante os horários dos comboios, poderia chegar-se a um acordo com a Câmara, para que este motorista pudesse trazer as pessoas interessadas, para a estação do Crato.

Tomou a palavra o **Senhor António Louro, do PS**, referindo-se aos subsídios atribuídos às Juntas de Freguesia e dizendo que à Junta de Freguesia de Gáfete, consoante o Quadro plasmado no documento da Actividade da Câmara, esta recebeu 13.319,00 euros. Em relação à Acta n.º 29/2010 de 2 de Dezembro, nela vem plasmado um apoio financeiro atribuído à Junta de Freguesia para pagamento da factura de electricidade do Campo de Futebol de Gáfete no valor de 1.992,86 euros. Na sequência disto, perguntou como pode este apoio ser atribuído à Junta de Freguesia de Gáfete se o Campo de Futebol de Gáfete é propriedade da Câmara Municipal?

Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Teresa Ribeiro**, referindo-se às intervenções feitas pelos membros da Assembleia Municipal e considerou-as, na sua maioria, como recomendações e registou com algum agrado por terem sido feitas.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

Em relação à Redução da Taxa disponível do IRS para os Contribuintes residentes no Município do Crato, disse que só no ano das últimas eleições autárquicas é que houve um procedimento diferente, ou seja, a Câmara Municipal não teve uma atitude diferente em relação ao que se praticou nos outros anos. Questionou quais as festas e jantares que o Município não deveria apoiar, uma vez que foi dito numa das intervenções que a receita desta Taxa *"vai diluir-se entre passeios e jantares que possam ser feitos no Município?"*

Referiu-se também ao que foi dito numa intervenção em relação ao que se escreve no final das actas da Câmara Municipal, que é tido como uma provocação. Considera que a verdade nunca foi uma provocação e que se os eleitos da Assembleia Municipal têm o direito de dizer o que pensam e querem, esse também é um direito que assiste à Câmara Municipal e aos seus representantes. Perguntou, se o facto de alguns membros da Assembleia Municipal quererem impor a forma como a Câmara deve proceder, não será coação? Referiu que nunca chamou a atenção desta Assembleia Municipal pela forma como se expressa.

Em relação aos empréstimos disse que qualquer membro da Assembleia Municipal pode tomar a posição que entender e perguntou se os membros da Câmara Municipal não podem da mesma maneira tomar a posição que querem? Perguntou também, onde está afinal a coação quando a Câmara Municipal faz referência que os empréstimos foram inviabilizados por alguns eleitos da Assembleia Municipal? Será que a Câmara não está a dizer a verdade? Será que a verdade é coação?

Disse que, considera que nesta situação talvez deveria vir escrito os nomes de quem inviabilizou, porque a população que os elegeu tem o direito de ser informada e merece saber o sentido de voto de cada eleito para poderem posteriormente julgar a conduta de cada um.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*Cee*

*A.*  
*Pd*

Disse que uma acta deve conter o que, de mais importante se passa numa sessão, ou seja, as votações de cada eleito sobre qualquer assunto deverão sempre vir expressas na acta, independentemente do sentido de voto, porque é legítimo votar a favor, contra ou abster-se. Disse que no seu entender isto não é coação.

Em relação ao horário do Centro de Saúde informou que, o citado horário por enquanto mantém-se, mas que está a ser estudado e espera que não venha a notícia da sua alteração depois de estar consumado o acto.

Relativamente aos projectos, referiu que em relação aos fundos comunitários, este ano já se perderam cerca 2 milhões de obra, para projectos de investimentos tendo uma comparticipação de 80%, porque os empréstimos não foram aprovados. Disse que a grande maioria dos projectos se não forem comparticipados não poderão ser realizados ou então terão de se desviar verbas que estavam previstas para outras acções, para se poderem concretizar os referidos projectos.

Em relação à dívida à ADRAL do anterior mandato autárquico, disse que o Executivo vai tentar resolver a situação tal como já fez com outras situações idênticas.

Em relação à falta de ambição que foi referida por eleitos desta Assembleia Municipal, em relação aos projectos apresentados nas Grandes Opções do Plano, disse que se algum eleito tem sugestões de projectos de desenvolvimento mais importantes para o nosso Concelho, só terá que os apresentar, pois é um dever de qualquer eleito.

Disse que o apoio maior que é dado pela Câmara Municipal não é aos Idosos mas sim aos Jovens, através de várias Instituições como a Filarmónica do Crato, o Futebol Clube do Crato, o Grupo Desportivo e Recreativo Gafetense, o Cruz de Malta Andebol Clube, as Escolas, a Dinâmica Jovem, o Cartão Municipal do Jovem, etc.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*[Handwritten signatures and initials]*

Sobre o ensino disse que o Executivo Municipal está a cumprir as responsabilidades que lhe estão incumbidas, ou seja, aquilo que a lei obriga.

Em relação à Festa da Passagem do Ano, a conduta que este Executivo Municipal assume, é a de informar a população dos gastos não só deste evento mas também de outros que a Câmara Municipal realiza, por isso a seu tempo será dada essa informação. Disse também que a discordância que existia no passado era pelo facto desta festa ser só para alguns. Este Executivo Municipal decidiu baixar o valor de acesso à ceia e, criou uma nova modalidade de acesso, em que as pessoas com menos condições económicas têm, também, possibilidades de ir, de se divertir, tendo direito apenas ao espectáculo. Disse que provavelmente ainda não é o ideal e considera que a Câmara nada deveria ter a ver com esta iniciativa, mas seria necessário aparecer alguém para assumir essa responsabilidade. Considera que a vida deste Concelho não deve estar e girar apenas à volta da Câmara.

Relativamente à água, disse que o Concelho do Crato esteve vários anos a consumir água sem condições. Referiu que depois da sua tomada de posse, este Executivo Municipal decidiu que a água em alta seria fornecida pelas Águas do Norte Alentejano porque considerou inadmissível estar a fornecer água sem as mínimas condições colocando em causa a saúde das respectivas populações. Disse que esta decisão veio acarretar mais despesa para o Município porque, em 2010, só a aquisição da água em alta ultrapassou os 200 mil euros de despesas e que a receita de toda a água vendida foi apenas de 150 mil euros. Derivado a esta situação informou que foi necessário alterar os preços da água, saneamento e resíduos sólidos, para reduzir um pouco os prejuízos da Câmara Municipal.

Referiu que no mês de Dezembro de 2010, 70% dos consumidores domésticos consumiram menos de 5 metros e 88% consumiram menos de 10 metros. Quem consumir 5 metros pagará 6,75 euros, quem consumir 10 metros, pagará 16,50 euros mais IVA. Fez a





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

Ces

A.

PJ.

comparação com o que uma família paga durante um mês em consumo de luz ou telefone e disse que com a água uma família paga muito menos.

Em relação ao preço que as empresas pagam pelo consumo de água disse que é uma situação que ainda pode ser estudada, mas que não acredita que por mais 10 euros a empresa saia do Concelho.

Disse que provavelmente não são estes custos da água que penalizam a vida financeira das populações do Concelho do Crato.

Referiu que quanto mais receita a Câmara Municipal tiver, mais poderá gastar nos apoios às instituições e executar mais acções.

Referiu que este Executivo quer fazer uma redução de custos, o que implica ter uma gestão de contenção e de combate aos desperdícios dando como exemplo a redução que se fez nas Festas, incluindo a Feira de Artesanato e Gastronomia, de 2010, que em relação às festas de 2009, em que se reduziram as despesas em 600 mil euros.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, passou ao seguinte ponto da ordem de trabalhos.

### **2. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, Organização dos Serviços Municipais;**

Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Teresa Ribeiro**, fazendo uma comparação da Organização que está em vigor e da Proposta que a Câmara apresenta a esta Assembleia Municipal.

Disse que a Organização que está em vigor contempla 2 Divisões e 36 subunidades e a Proposta que a Câmara Municipal apresenta tem 3 Divisões, ou seja, mais uma, e 25 subunidades, ou seja menos 11.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*Ces*  
*Ad*

O Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, fez saber que o membro **Luís Duarte Lopes Tomé** ausentou-se, não participando nas seguintes votações.

Tomou a palavra o **Responsável pela Elaboração da Proposta de Organização dos Serviços Municipais, Dr. Victor Martelo**, dizendo que lhe foi solicitado que a presente proposta fosse elaborada consoante algumas preocupações manifestadas na última Assembleia Municipal. Disse que a proposta anterior tinha um limite de 4 unidades orgânicas flexíveis e a actual proposta foi reduzida para 3 e tinha um limite de 30 unidades orgânicas e na actual tem apenas de 25. Disse que as alterações que se fizeram, foi incorporar a área do Turismo no Gabinete de Planeamento, Desenvolvimento e Projectos Estruturantes, foi a unificação de 3 sectores que havia no âmbito social, ou seja, o Gabinete de Inserção Social, a área de Habitação Social no Sector de Acção Social, a incorporação do Parque de Máquinas no Sector de Obras e assim se reduziram fundamentalmente as subunidades orgânicas.

Disse que após a reanálise de situação, mantiveram a proposta técnica de consideração de 3 unidades orgânicas flexíveis ao nível da Divisão. Os estudos comparativos que, realizou com vários municípios de igual dimensão assim o fundamentam, além de que não conseguiram encontrar coerência técnica, em como dar expressão à nova Divisão que se propõe, porque no fundo propõe-se uma nova Divisão, na área da Cultura, da Educação, do Desporto, da Juventude, incorporando em qualquer uma das outras Divisões, considera que não ter lógica, exemplo do que é feito em 99% dos Municípios do País.

Neste sentido propôs esta Estrutura Orgânica ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e este entendeu que se estava a dar resposta a algumas das preocupações aqui levantadas na Assembleia Municipal, com a redução de 4 para 3 Divisões e com a redução de 30 para 25 subunidades orgânicas.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*Car*

*Ad*

*Pe*

Tomou a palavra a Dr.<sup>a</sup> Alda Grácio, do PPD/PSD, não entender o porquê que noutros Municípios este assunto foi às suas Assembleias para apreciação e votação em Maio, Junho e nesta Assembleia Municipal só vem em Dezembro. Disse que, depois de analisada a Proposta de Organização de Serviços enviada, iria manter a sua opinião e a sua posição e disse enquanto noutros sítios há cortes, os quadros da Câmara Municipal do Crato engordam. Diz ter consciência que esta proposta resulta da Lei, mas que a Lei também remete para diminuir e que, se deveria ter consciência que se está a perder tudo mas as Divisões aumentam.

Referiu que sabe que estes lugares vão a concurso mas que é obvio que são lugares políticos, ou seja quando forem a concurso já estão ocupados em regime de substituição por um período de 6 meses.

Disse que, por não quererem ser acusados pelo facto de a Câmara Municipal parar, os eleitos do PPD/PSD irão abster-se para esta proposta passar. Concluiu dizendo que esta proposta não serve o Concelho do Crato.

Tomou a palavra o Dr. Pratas, do PS, sugerindo que o Mapa de Pessoal fosse votado em conjunto com a Organização de Serviços, respeitando a posição da Câmara.

Disse que na última reunião da Assembleia Municipal, os eleitos do PS, fizeram uma sugestão ao Dr. Victor Martelo no sentido de que, se seria possível um estudo de sustentabilidade, para poderem analisar com alguma minúcia, qual o efeito que esta nova Organização dos Serviços teria em termos de futuro.

Disse que respeitam esta posição, que ela está com alguma metodologia, dentro do diploma legal e, nesse aspecto não têm nada a desautorizar os mentores desta proposta,





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

mas consideram que a Organização dos Serviços Municipais é sobredimensionada para o Município do Crato.

Disse não serem contra os Chefes de Divisão, que consideram necessários para o bom funcionamento do Município, mas entendem que esta proposta não se ajusta ao Concelho do Crato e por isso, irão votar contra.

Tomou a palavra o **Prof. Rodrigues Lopes, do PPD/PSD**, dizendo que não é por uma questão técnica, porque a estrutura está correcta e, se for uma estratégia para apresentar projecto para catapultar o Crato para o desenvolvimento está óptimo e talvez até seja pouco. Se é para manter o quotidiano do dia-a-dia numa perspectiva agonizante, é evidente que é sobredimensionado. Disse que os eleitos do PPD/PSD irão abster-se.

Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Teresa Ribeiro**, dizendo que nas intervenções que foram feitas, foi dito que a Organização dos Serviços é sobredimensionada para o Concelho do Crato, mas que, ninguém apresentou propostas alternativas.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, de seguida colocou à votação este ponto obtendo o seguinte resultado:

a) 9 (nove) **Votos a favor**, a saber:

- **9 votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Andreia Sofia Zacarias Véstea, Rui Miguel Varela Chorrinca, Rui da Silva Matos Dias, João José Marcelino Pires, Francisco José Rei Alexandre, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Presidente da Junta de Freguesia do Crato e Mártires, José António Correia Belo e Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Peso, Manuel de Carvalho Grilo;





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*Handwritten signature*

*Handwritten signature and initials*

b) 7 (sete) Votos contra, a saber:

- 7 votos do Grupo do PS: António Belo Salvado Pratas, Miguel Romão Caldeira Baptista, António Manuel Freire Louro, José Maria Mendes Fura, Joaquim Calhaço Subtil, Armando Manuel Carrilho Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra; (já se tendo ausentado o membro Luís Duarte Lopes Tomé)

c) 4 (quatro) Abstenções, a saber:

- 4 votos do Grupo do PPD/PSD: António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho, Alda Maria Antunes Grácio, Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, Celestino Marques Faustino e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra Marco Fernando Duque de Mendonça.

**Deliberação:** A Organização dos Serviços Municipais foi aprovada por maioria

### 3. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Taxas e Licenças Municipais;

Tomou a palavra o Responsável pelo Regulamento de Taxas e Licenças Municipais, Dr. Jorge Pinto, dizendo que a Lei refere um conjunto de princípios das taxas, e na sua opinião pessoal, a Lei que institui o novo Regulamento de Taxas aproxima a taxa do conceito de preços, isto é muito mais próximo daquilo que seriam tarifas e afasta as taxas, daquilo que é o conceito de taxas, enquanto aproximação aos impostos.

Referindo-se a Sousa Franco ("Manual de Finanças Públicas e Direito Financeiro") disse que a Lei das Taxas está ao contrário daquilo que é os conceitos clássicos das Finanças Públicas relativamente a estas matérias. Disse ser com esta Lei que os Portugueses se estão a reger, sobre a elaboração das taxas e, é sobre ela que teve que responder.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

Disse, que a primeira questão que a Lei coloca é, que as taxas devem ter uma fundamentação económico-financeira de forma a procurar conhecer um custo do serviço que é prestado ao cidadão e este, foi o primeiro problema que, em conjunto com o Município tentaram resolver. Como encontrar um custo do serviço e, por outro lado, saber se esse custo deveria ser reflectido e de que forma na respectiva taxa.

Referiu que a primeira coisa que fizeram, foi, elaborar um modelo em que o custo que fosse determinado para essa taxa, fosse um custo em ambiente de eficiência e de eficácia, ou seja, é que nenhum cidadão deveria ser suportado na taxa se ela equivalesse um custo, custo de ineficiência ou ineficácia da Administração ainda que esses custos sejam normais. Deu como exemplo, no modelo apresentado, quando se chega a uma determinada taxa em que são 39 minutos, que foram apurados no conceito de eficiência e de eficácia dos procedimentos, já retirados todos os procedimentos redundantes. Disse que não é só o custo do funcionário que está a prestar esse serviço, é o custo da secretária, é o custo do computador, é o custo dos programas, é o custo da electricidade. Quando um determinado serviço está aberto, está aberto todos os dias úteis da semana, durante um ano, tecnicamente falando em termos de contabilidade de custos, poder-se-ia dividir esses custos totais pelo dia e imputá-lo-íamos às taxas. Disse que, isto traria custos médios unitários das taxas muito superiores para Concelhos pequenos como o Concelho do Crato, do que para Concelhos grandes. Um Concelho que tenha uma afluência de 100 pessoas por dia a um serviço torna o custo médio muito mais baixo.

E, portanto, referiu que o que se fez foi, se este serviço em concreto leva os tais 39 minutos, como podia levar 19, então o custo da electricidade, o custo do computador, o custo da secretária, o custo do funcionário, são apenas e só, atribuídos esses 39. Se a luz está aberta durante todo o dia, se o edifício tem que funcionar durante todo o ano, esses custos não são imputados ao respectivo conceito teórico de eficiência e de eficácia.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

Isto para dizer, que quando a tabela mostra os custos das taxas, o desconto daquilo que o Município vai pagar, o custo real no Município do Crato, como em qualquer outro Município é, inexoravelmente superior ao custo que está determinado.

Referiu que, em termos de contabilidade de custos, se teria uma aproximação ao valor das taxas que seriam socialmente incomportáveis para os cidadãos.

E, porque, as taxas devem prosseguir determinados objectivos de desenvolvimento como a própria lei o diz, referiu-se a uma taxa que sendo mais complexa e provavelmente financeiramente mais pesada, é talvez a taxa mais importante do conjunto das taxas que estão na proposta.

Chamando a atenção para a tabela 12 da página 19, referiu que nas operações de loteamento, foi colocada uma fórmula matemática muito esquisita. O que a Lei refere nas taxas é que deve haver ajuste na repartição dos encargos, ou seja saber quanto custam as infra-estruturas públicas para uma vila funcionar e essas infra-estruturas devem ser pagas pelos cidadãos que aí residem. Disse que no Decreto-Lei n.º 555/99 e a Lei n.º 60/2007 que estabelece o regime jurídico do urbanismo, se verifica que no urbanismo são calculadas taxas de urbanização que impõem obrigatoriamente o custo de todas as infra-estruturas, isto é, da água, do saneamento, da iluminação pública, dos espaços verdes, dos arruamentos, dos equipamentos colectivos.

Disse que no cálculo para estas taxas, retiraram tudo aquilo que é gerador de receitas por outros instrumentos. Dito de outra forma, quando se está a calcular a água, por exemplo desde 1 Janeiro de 2010, os Municípios estão vinculados a orientações da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) sobre o abastecimento de água, saneamento e resíduos e, a recomendação da ERSAR aponta para uma tarifa média fixa, isto é, consumo zero de água, saneamento e resíduos 6,50 por habitante, por consumidor doméstico e por mês. Referiu que, se o cidadão quando está a pagar esse custo fixo já está





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

a pagar a amortização das infra-estruturas, contrariando propositada e conscientemente a Lei, retiraram deste custo o cálculo das infra-estruturas urbanísticas de água e de saneamento, porque, consideram que a Lei é reguladora do princípio do que do pagamento.

Deu como exemplo a compra de uma casa, onde se pagam as infra-estruturas gerais da água e do saneamento, que já estão incorporadas, então não tínhamos que as pagar na tarifa da água. Como a Lei foi alterada e agora vem impor que as tarifas da água e do saneamento devem ter uma componente fixa, disse com toda a transparência, estamos a desviar-nos relativamente à lei para não agravar os custos nesta matéria.

Relativamente à fórmula que está na proposta, explicou fazendo a comparação numa casa em Gáfete onde as mesmas infra-estruturas custam o mesmo que no Crato o cidadão há-de pagar mais em Gáfete que no Crato, ou em Aldeia da Mata, ou noutra qualquer Freguesia.

Explicou que quando se compra uma casa quanto maior for a centralidade do núcleo urbano, mais alto é o preço do mercado. Há um coeficiente de localização que as finanças fizeram, considera que, sempre que este coeficiente de localização não está bem num Município, é porque esse Município não atendeu à sua responsabilidade de aferir esse coeficiente de localização. Na fórmula o (L) é o coeficiente de localização e desde logo as taxas de urbanização vão variar, ou seja, vão aumentar nos sítios mais centrais e mais baratas nos sítios mais periféricos. Disse que na matemática um número elevado a um expoente, se esse expoente for maior que 1, para um número menor que 1, a proporção é maior. No Concelho do Crato o expoente máximo é 1, se numa Freguesia, o coeficiente de localização é 0,9 e se aquilo vai ser elevado ao quadrado, o tal (r) então diz-se que as pessoas não vão pagar 90% da taxa, mas vão pagar apenas 81%. Referiu que noutro sítio logo ao lado o coeficiente de localização é 0,8, intensificando a chamada de atenção para a





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

periferia e a favorecer mais a periferia, ou seja, uma dupla bonificação, porque ao elevar 0,8 ao quadrado já não está a passar de 90% para 80% mas de 81% para 64%.

Disse que esta fórmula matemática confusa procura materializar uma política urbanística clara.

Considera que um aspecto importante e que é prática corrente no País, é incluir nas taxas, um outro conjunto de matérias que não são bem uma taxa. Esclareceu que a Lei do Urbanismo em rigor diz que o urbanizador tem que pagar as infra-estruturas gerais, (na taxa que anteriormente explicou e já se viu que vai pagar muito menos do que aquilo que é o custo real) e é obrigado na sua operação de loteamento a fazer as infra-estruturas locais e se as não fizer compensa. Então, considera que não se estaria perante uma taxa, mas estaria-se perante a obrigação, à letra do que a Lei diz, que tem que pagar as infra-estruturas, quase ou tão, daquilo que tinha que fazer. Referiu que, se já há pouca construção nestes municípios do interior do País aplicar este princípio era ainda mais desertificar.

Disse que nestas coisas nunca há só uma medida, nunca há só uma política.

Tomou a palavra o **Funcionário da Secção de Taxas e Licenças do Município do Crato, António Ferreira**, realçando o trabalho que foi feito pelos funcionários do Município.

Disse que este Regulamento surgiu de um documento que foi enviado a todos os membros e que remota a 25 de Maio de 2010 e que foi distribuído a todos os Munícipes, onde foi solicitado sugestões para aperfeiçoamento do dito documento. Disse que a Câmara Municipal recebeu algumas sugestões, não muitas, apesar de se ouvir bastantes críticas sobre os aumentos, mas foram poucas as sugestões de como se poderia baixar.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

Referiu que este documento foi elaborado numa primeira fase, pelos serviços, foi estudado os tempos gastos pela elaboração e tratamento das taxas e licenças que eram emitidas pelo Município.

Posteriormente o Dr. Jorge Pinto e a sua equipa forneceram os dados já tratados com as taxas que era susceptível serem aplicadas, os serviços tiveram novamente uma palavra a dizer e, foi novamente com o Dr. Jorge Pinto que durante várias semanas, foi tudo estudado para esta Assembleia Municipal aprovar ou não.

Realçou algumas isenções e disse que quem conhecia a Tabela de Taxas do Município do Crato sabe que as isenções eram tratadas num único artigo, que estava tudo condensado naquele artigo e, hoje não. Hoje podem-se ver as isenções, podem-se adaptar e podem-se aplicar directamente caso a caso.

Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, Celestino Marques Faustino**, dizendo que através do ofício n.º 34 datado de 17 de Junho de 2010, remeteu à Câmara Municipal uma proposta de alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças Municipais que consistia numa isenção referente às Juntas de Freguesia do Município desde que houvesse um tratamento igual por parte das mesmas, como é o caso da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, em que no seu Regulamento isenta a Câmara Municipal no pagamento de quaisquer taxas e licenças. Questionou o Senhor Presidente da Câmara porque é que a sua proposta não foi aceite?

Tomou a palavra o **Prof. Rodrigues Lopes, do PPD/PSD**, dizendo que este documento já foi objecto de discussão nesta Assembleia Municipal e na altura os eleitos do PPD/PSD fizeram uma proposta para o assunto baixar a estudo para poder ser devidamente analisado.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

Depois de receber toda a documentação para esta Sessão da Assembleia Municipal, disse terem analisado e concluíram que atendendo a um Concelho pequeno como é o do Crato, consideram que há coisas no documento que não se aplicam, mas têm consciência que o documento que está elaborado tem que se reger pela Lei.

Referiu que, com a análise que fizeram e com as explicações dos técnicos, entendem o porquê das alterações que se efectuaram.

Realçou a preocupação que houve em não aumentar os valores que estavam definidos e de dar algumas isenções, atendendo à precariedade do Concelho.

Disse que este documento tem as condições que tem, tem as vicissitudes que tem e que os eleitos do PPD/PSD irão abster-se.

Tomou a palavra o Dr. Pratas, do PS, realçando o trabalho elaborado quer pelos funcionários da Câmara Municipal do Crato, quer pelo Dr. Jorge Pinto porque para efeitos profissionais considera difícil elaborar um regulamento, nomeadamente deste cariz.

Referiu Sousa Franco quando dizia, quer nas lições de Finanças Públicas quer em Direito Financeiro estabelecia muito bem aquilo que era uma taxa e aquilo que era um imposto. A diferença que existe é que na taxa há uma contrapartida e um imposto é uma obrigação que se estabelece em relação ao indivíduo que não tem qualquer contrapartida mas tem que ter uma obrigatoriedade de pagar aquele tributo em relação ao Estado.

Disse que, considera que este documento, do ponto de vista técnico, está bem elaborado, atendendo a que um regulamento é um conjunto de normas jurídicas, gerais e abstractas que se adequam a regular um determinado tema ou uma determinada actividade de um órgão constitucionalmente eleito.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

Referiu que as Autarquias Locais têm um poder regulamentar e esse poder regulamentar é-lhes conferido não só pela Constituição da República Portuguesa mas também pela Lei 169/99 de 18 de Setembro.

Disse que a discordância que os eleitos do PS notaram em relação ao Regulamento. Disse ser preciso fazer uma análise ao documento porque é necessário haver uma filosofia baseada em 3 vectores fundamentais, tais como o vector económico, jurídico e político.

Considera que o valor das taxas municipais deve ser sempre fixado segundo o princípio da proporcionalidade, consonante com o enquadramento constitucional actualmente vigente e não deve ultrapassar o custo da actividade pública local ou o benefício auferido pelo particular. Deve respeitar o princípio da prossecução do interesse público local e visar a satisfação das necessidades financeiras das autarquias locais e a promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental.

Disse que, atendendo ao próprio Município e atendendo à filosofia que pretendem adequar a este Regulamento, consideram que está aferido aqui o princípio da proporcionalidade porque a população do Concelho do Crato irá ser penalizada em relação a variadíssimas taxas.

Por tudo isto disse que os eleitos do PS iriam votar contra.

Tomou a palavra o **Dr. Miguel Batista, do PS**, sugerindo alterações na página 9 do Regulamento de Taxas e Licenças e lamentou o facto dos munícipes do concelho do Crato estarem a ser sujeitos a mais penalizações com o aumento das taxas e licenças, da água, com cortes nos ordenados e sem o benefício dos 5% do IRS.

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Teresa Ribeiro**, deu a palavra ao **Dr. Jorge Pinto** para esclarecer se a situação que o Presidente da Junta de Freguesia de Flor





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*Coelho*

*[Signature]*

*[Signature]*

da Rosa referiu, em relação à isenção das Juntas de Freguesia, se está contemplada no referido Regulamento.

Tomou a palavra o **Responsável pelo Regulamento de Taxas e Licenças Municipais, Dr. Jorge Pinto**, dizendo que uma das preocupações na elaboração deste Regulamento foi não isentar o Estado de taxas municipais, no entanto a Assembleia Municipal deve colocar aqui de forma expressa a vontade de isentar as Juntas de Freguesia e mostrando-se completamente disponível em fazer a alteração na Proposta de Regulamento.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, colocou à votação deste ponto incluindo a proposta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, obtendo o seguinte resultado:

a) 9 (nove) **Votos a favor**, a saber:

- **9 votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Andreia Sofia Zacarias Véstea, Rui Miguel Varela Chorinca, Rui da Silva Matos Dias, João José Marcelino Pires, Francisco José Rei Alexandre, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Presidente da Junta de Freguesia do Crato e Mártires, José António Correia Belo e Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Peso, Manuel de Carvalho Grilo;

b) 7 (sete) **Votos contra**, a saber:

- **7 votos do Grupo do PS:** António Belo Salvado Pratas, Miguel Romão Caldeira Baptista, António Manuel Freire Louro, José Maria Mendes Fura, Joaquim Calhaço Subtil, Armando Manuel Carrilho Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra; (já se tendo ausentado o membro Luís Duarte Lopes Tomé)





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

c) 4 (quatro) **Abstencções**, a saber:

- **4 votos do Grupo do PPD/PSD:** António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho, Alda Maria Antunes Grácio, Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, Celestino Marques Faustino e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra Marco Fernando Duque de Mendonça.

**Deliberação:** O Regulamento de Taxas e Licenças Municipais foi aprovado por maioria

#### **4. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2011 - 2014;**

Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, chamando a atenção para o que consta nas páginas 25, 26 e 27, que tem a ver com o financiamento e execução da Grandes Opções do Plano e que, nessas 3 páginas estão contidos os projectos que considera mais importantes para o Concelho. Disse que esses projectos só serão executados se houver fundos comunitários e empréstimos. Referiu que nas Grandes Opções do Plano (GOP) estão também expressos os empréstimos que a Câmara Municipal pretendem contrair.

Relativamente aos projectos que estão previstos, falou da construção de habitações para o realojamento de famílias, com a previsão da contracção de um empréstimo no valor de cerca de 700 mil euros. Disse que, se este empréstimo não for aprovado não é possível executar a referida obra. Deu este exemplo como poderia ter dado o exemplo do Centro de Saúde ou de outro qualquer projecto que está inserto nas Grandes Opções do Plano.

Disse que, partindo do pressuposto que as Grandes Opções do Plano serão aprovadas, a intenção será dar execução às mesmas.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

Referiu que, 300 mil euros de empréstimos, dá para construir obras, co-financiadas a 80% por fundos comunitários, no valor de 2 milhões de euros e considera que o não aproveitamento dos fundos comunitários para execução destes projectos, seria um desperdício e mesmo um atentado contra os interesses deste Concelho.

Considera que quando não se está de acordo com a utilização destes fundos comunitários, destes empréstimos, dos meios financeiros do Município para execução destas obras, deve-se apresentar em alternativa outros projectos.

Referiu que, só o projecto, que já existe, de saneamento e águas da Freguesia de Flor da Rosa custa um milhão de euros.

Disse que, para resolver o problema do saneamento e de águas nas restantes freguesias do Concelho, onde ainda não existem os respectivos projectos serão necessários, previsivelmente, 4 ou 5 milhões de euros.

Referiu que a grande preocupação deste executivo será executar o que for aprovado nas GOP, mas espera que não aconteça o mesmo que aconteceu neste ano de 2010, ou seja, esta Assembleia Municipal viabilizou as Grandes Opções do Plano e de seguida inviabilizou os meios que eram necessários para executar as obras.

Disse que, independentemente da intenção de voto, a Câmara Municipal não poderá actuar sem a viabilização deste instrumento de gestão do Município por parte desta Assembleia Municipal.

Referiu que, são 18 ou 19 projectos que são importantíssimos para o desenvolvimento do Concelho do Crato e parte do princípio que os gestores dos fundos comunitários os aprovam.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

Tomou a palavra o Senhor Rui Matos Dias, da CDU, dizendo que neste ponto da Ordem de Trabalhos, os membros desta Assembleia Municipal têm para apreciar e votar um documento fundamental para a gestão do Município.

Salientou a clareza com que é apresentada a definição de uma estratégia de desenvolvimento para o Concelho do Crato, mas também a frontalidade na exposição dos objectivos e na necessidade de obtenção dos meios financeiros para os concretizar, num ano em que a Lei das Finanças Locais, vai sofrer um corte significativo.

Referiu que nas páginas 25 a 27, são elencados 19 projectos muito importantes para o Concelho. Tais projectos são, um desafio consciente à capacidade e à criatividade dos Autarcas que gerem o Concelho do Crato.

Considera que são igualmente um desafio para os eleitos da Assembleia Municipal, no sentido de se querer, ou não se querer, que o Concelho do Crato se desenvolva.

Disse que os eleitos pelo Grupo da CDU, aceitam o desafio, porque acreditam nas potencialidades do Município, na capacidade de realização do Executivo e disse estarem certos de que é possível criar as condições que melhorem a vida das populações das freguesias do Concelho do Crato.

Referiu que o Grupo da CDU ao aceitar o desafio que as GOP's encerram, também têm subjacente a essa posição o conteúdo da Declaração de Princípios que foi aprovada por unanimidade, em Vale do Peso, em 18 de Setembro de 2009, pela Assembleia Municipal do Crato e que, o Senhor Presidente da Assembleia fez distribuir, no final da última Sessão da Assembleia Municipal de Novembro passado.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

Concluiu dizendo que, é possível concretizar os objectivos que as GOP contêm e, por isso, o Grupo da CDU votará favoravelmente ambos os documentos, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2011.

Tomou a palavra o **Prof. Rodrigues Lopes, do PPD/PSD**, dizendo que a sua intervenção vai incidir nestes dois pontos da Ordem de Trabalhos, Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011.

Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara a explicação que deu e a ênfase que deu ao facto de viabilizar as Grandes Opções do Plano e, depois, não mostrar, segundo o seu entendimento, uma atitude consentânea com essa questão e referiu que, perante esta Assembleia Municipal e perante o Executivo Municipal, a atitude de oposição do PPD/PSD é construtiva e não é de obstrução.

Referiu que se herdou uma situação com atraso do Concelho onde há muitas dificuldades, muitas carências que é preciso aliviar, algumas dificuldades acrescidas que resultam de duas obras que foram feitas neste Concelho, que não se sabe bem como é que a questão de manutenção e de valorização vai colmatar as expectativas que foram criadas, mas que, tudo aquilo que tiver a ver com o desenvolvimento do Concelho do Crato, com obras para o seu desenvolvimento, o PSD não criará obstáculos a essa situação.

Disse que, no elenco destas realizações previstas, estão indicadas aqui, situações que já foram ditas na Assembleia Municipal várias vezes, que são situações que vindas de um passado e que há condições dentro da margem financeira que a Câmara tem, para resolver esses problemas pendentes, atrasados, retardados, problemáticos, porque não foram em devido tempo acauteladas algumas situações.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

Considera que se deu um passo em frente em matéria de desenvolvimento do Concelho e em matéria de projecto. Disse que, as Grandes Opções do Plano apresentadas, em seu entender, não são tão ambiciosas quanto isso, e que é muito claro, que a Câmara não tem dinheiro para realizar essas obras.

Disse que, há mecanismos onde se pode ir buscar essas verbas e, portanto, só terá que se fazer o seguinte: *"a esta obra que é importante e que importa em X, nós temos Y, faça a diferença e vê aquilo que tem que ir buscar ao banco e nós daremos apoio para que essa importância venha para que seja realizada a obra, mas é uma obra para ser realizada, não é qualquer coisa que fica no papel ou que depois é feito um empréstimo que é aquilo que é um pouco a prática."*

Disse ser esta a percepção dos anos anteriores de gestão desta Câmara, ou seja que vem o dinheiro para cá e depois não se concretizam os projectos e, esse dinheiro, é utilizado noutras coisas.

Disse que este Executivo terá que resolver este problema com o fundo de maneo que tem e dar margem ao desenvolvimento do Concelho através de projectos postos nestes termos, ou seja, *"o projecto é X, a comparticipação é deste montante, temos Y, precisamos de ir ao banco buscar o resto"*. Considera ser assim que se desenvolve qualquer empresa, qualquer casa e é assim que se desenvolverá o Concelho do Crato.

Referiu que, é necessário um projecto ambicioso para as condições infra-estruturais no Concelho que estão degradadas e que não é a Câmara que deverá pagar, mas sim os fundos comunitários e com um empréstimo acrescido daquilo que os fundos comunitários não prevêm, para restabelecer aquilo que é justo na qualidade das infra-estruturas, quer de esgotos quer de abastecimento de água.

Um outro aspecto que considera pertinente é a requalificação dos edifícios da Câmara Municipal, que está prevista, mas considera que há edifícios de valor patrimonial relativo





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*Cee*

*(Signature)*

*(Signature)*

e arquitectónico no Concelho que têm de ser através de um projecto ambicioso candidatado, onde haverá uma percentagem que é coberto pelos fundos comunitários se vierem e se esses projectos forem aprovados considera que a Câmara Municipal tem o direito e o dever, nesses caso, até ao último centavo que puder, ir endividar-se ao banco. Considera que se fazer isso porque é condição *sine quanon* para catapultar o desenvolvimento do Crato.

O mesmo disse em relação a um plano ambicioso de turismo, valorização dos recursos turísticos que o Concelho do Crato tem porque, considera o Turismo uma grande indústria.

Referiu também os recursos que o Concelho do Crato tem e que têm que ser aproveitados, ligados à Agricultura e ao artesanato.

Concluiu dizendo que o Grupo do PPD/PSD considera que as Grandes Opções do Plano apresentadas, são pouco ambiciosas e por isso não as irão aprovar e a sua intenção de voto será a abstenção.

Tomou a palavra o Dr. António Pratas, do PS, dizendo que é evidente que, quando se fala nas Grandes Opções do Plano, está-se inevitavelmente a referir a um documento político e, como político, é evidente que os eleitos desta Assembleia, terão obviamente cada um a sua ideologia, o seu caminho e a finalidade evidentemente do seu voto.

Frisou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara quando este se referiu às GOP para salientarmos apenas as páginas 25, 26 e 27, dizendo que se esqueceu das vinte e tal páginas para trás, porque essas restantes páginas, da 3 à 24 inclusive, falam da transferência para o Governo da República, ou seja para este Governo, na responsabilidade para resolver os problemas do Concelho.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

Disse que não vale a pena o Senhor Presidente da Câmara citar, quando se refere em relação aos PEC's, quando se refere a todas as situações, às responsabilidades legais do Poder Central, etc, porque considera que todas essas páginas anteriores têm a ver com a responsabilidade do Governo para tentar resolver os problemas do Município.

Considera que, têm que ser as Autarquias, que devem resolver os problemas de cada Município.

Disse que respeita a opção política do Prof. Rodrigues Lopes mas que este não se pode esquecer da votação conjunta do PS e do PSD em relação aos PEC's e por essa razão disse respeitar o seu pensamento em relação à votação das GOP.

Considera que, se a votação no Governo foi em conjuntos em relação aos PEC's, aqui nesta Assembleia Municipal se deveria manter a mesma política sendo que as GOP são um elemento político, ao contrário do Orçamento que é um elemento técnico,

Considera que para além de estarem plasmadas as opções também deve estar plasmado o rigor, ou seja, a contenção financeira que a própria Administração Central também adoptou. Disse que, se a Administração Central adoptou um rigor, uma contenção, nomeadamente pela criação dos PEC's 1, 2 e 3, isto para dizer que a meta que o Governo propôs do défice público e o cumprimento desses PEC's devem ser vistos em termos autárquicos como entendimento de que as GOP e o Orçamento devem reflectir exactamente várias vertentes, nomeadamente o rigor, a contenção financeira, a estagnação económica, o défice e o cumprimento dos PEC's. Disse que quando se fala de dificuldades, considera que as adversidades aqui não podem ser travão para o desenvolvimento do Município. Há que encontrar soluções.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*Cesar*

*(Signature)*

*Rd*

Frisou o que o Prof. Rodrigues Lopes disse na sua intervenção quando deu a sugestão, de que o Município tem que encontrar caminhos, que seja constituído um pólo de atracção e poder realizar esses objectivos que se tem em mente.

Concluiu dizendo que por estas razões, que irão plasmar na declaração de voto, os eleitos do Partido Socialista votarão contra este elemento político, contra as Grandes Opções do Plano.

Tomou a palavra o **Senhor José Maria Fura, do PS**, dizendo que a sua intervenção vai no sentido de pedir alguns esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente no que concerne às águas, que já foi aflorado por vários companheiros de bancada e a verdade é que há algo que o preocupa bastante quanto à questão da gestão rigorosa que tanto se fala na Câmara Municipal.

Disse que a gestão municipal é da responsabilidade do Executivo. Que o Executivo tem que realizar essa gestão com muita coerência, com muito respeito e com muita honestidade, no que se refere à administração dos dinheiros públicos.

Considera que Orçamento de Estado para 2011, é insuficiente para as ambições dos autarcas, principalmente das Câmaras do interior, em realizar projectos como aqueles que estão explanados nas Grandes Opções do Plano.

Disse que todos gostariam de ver estas Grandes Opções do Plano realizadas, desde o Executivo aos membros da Assembleia Municipal, e pergunta se serão diferentes do Governo em termos de aplicação de verbas?

Disse que quando há 36 anos se começou a decapitar toda a estrutura produtiva do País, a partir da benevolência de todos os funcionários, de todos os representantes e governantes deste País, ninguém levantou a voz. O erário público existente era suficiente para





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

satisfazer muitos caprichos. Disse que em mil novecentos e oitenta e tal o País teve que recorrer ao FMI para resolver os problemas financeiros, porque na verdade Portugal já estava de "tanga".

Disse que, uma vez que o País estava inserido na União Europeia tudo isso foi concedido, todos foram benévolo em aceitar todas essas contrapartidas, não só do FMI em termos de empréstimo, como também da parte da CEE em termos de subsídios. Nunca ninguém reclamou quanto à situação do País, que estava a ser desmembrado, que estavam a ser extintas todas as entidades e todas as indústrias produtivas deste País.

Considera que com base nisso foram cometidos erros, e hoje têm que ser remediados, mas onde? Considera que devem ser remediados a partir deste órgão, que este órgão não é diferente do estado, que aplicou medidas duras, com as quais não concorda. Considera que tem que se fazer uma administração rigorosa, capaz de salvaguardar os grandes erros cometidos até agora nas administrações que se têm feito.

Exemplificou dizendo que, se não há dinheiro para se fazer um palácio de 7 andares, há para se fazer um de r/c.

Disse que se deve fazer aquilo que é indispensável para o Concelho, saneamento, obras menos megalómanas como se tem feito por aí tantas.

Considera que, se assim for, o Executivo Camarário poderá perfeitamente ajustar as finanças que tem e dispensar um maior endividamento do que aquele que já tem.

Disse que, dentro da administração deste município desde 1998 até 2005, conseguiu-se fazer obras no Crato que estão visíveis e que são a única mais-valia que o Crato tem para atrair turistas. Considera que a Câmara não se endividou, a Câmara do Crato consegue ser

*Cere*

*[Signature]*

*[Signature]*





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

uma das poucas Câmaras dos País, que tem capacidade para pedir empréstimos, senão este Executivo não estava a pedir empréstimo.

Considera que o Executivo tem o direito de fazer empréstimos, mas hipotecar mais o Concelho do Crato do que já está, não concorda.

Por tudo isto disse que votará contra as Grandes Opções do Plano.

Tomou a palavra o **Senhor Rui matos Dias, da CDU**, dizendo que foi feito um apelo à colaboração das autarquias na diminuição do défice do Estado. Em 2010 as 308 Câmara e a 4251 Juntas de Freguesia gastaram 1,6% do Orçamento de Estado. Em 2011 os mesmos Órgãos Autárquicos vão gastar 1,46% do Orçamento de Estado. Disse que não há dúvida nenhuma que as Autarquias não contribuem em grande para evitar o défice do Estado.

Tomou a palavra o **Prof. Rodrigues Lopes, do PPD/PSD**, dizendo que em relação ao que o Dr. Pratas referiu, que nenhum dos dois está mandatado, para dizer que o PSD estava de acordo com o PEC. A viabilização que o PSD fez não é por estar de acordo com a política do PS.

Frisou que *“um pouco à semelhança do malogrado Sá Carneiro, a minha terra está antes do meu partido e está antes de um País”*.

Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Câmara**, dizendo que relativamente aos projectos que estão plasmados nas GOP, ouviu várias intervenções e de algumas deduziu que estes projectos não interessam ao Concelho e por isso vão votar contra.

Referiu que, mesmo que esta Câmara Municipal ou qualquer Câmara Municipal deste País, quisesse aumentar a dívida não o poderia fazer. Disse que esta Câmara, que tomou posse há pouco tempo, reduziu a dívida que existia no mandato anterior, mas





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

intervenção proferidas nesta Assembleia Municipal dão a sensação que a dívida que a Câmara tem, foi criada pelo actual Executivo Municipal o que não corresponde à verdade.

Relativamente ao passado e em relação a uma das últimas intervenção disse que, quase todas as obras físicas que estão à vista foram pagas através de empréstimos.

Referiu que, de 2002 a 2006, em quatro anos, esta Câmara contratou empréstimos no valor de cerca de 6 milhões de euros e que os citados empréstimos só estarão pagos em 2027.

Disse que, o PS referiu que são projectos que não são importantes para o Concelho do Crato, por isso votará contra e que, atendendo às intervenções dos outros partidos, as Grandes Opções do Plano irão ser aprovadas. Perguntou se isto acontecer e se a Câmara Municipal lançar qualquer obra destas que está inscrita nas GOP, e propor contrair um empréstimo será que este é aprovado?

Referiu que qualquer eleito tem o direito de ser contra a contratação de empréstimos, mas para a execução de qualquer obra é necessário haver meios financeiros.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, depois de todas as intervenções feitas, colocou à votação este ponto obtendo o seguinte resultado:

a) 9 (nove) Votos a favor, a saber:

- **9 votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Andreia Sofia Zacarias Véstea, Rui Miguel Varela Chorinca, Rui da Silva Matos Dias, João José Marcelino Pires, Francisco José Rei Alexandre, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Presidente da Junta de Freguesia do Crato e Mártires, José António Correia Belo e Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Peso, Manuel de Carvalho Grilo;





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

b) 7 (sete) **Votos contra**, a saber:

- **7 votos do Grupo do PS:** António Belo Salvado Pratas, Miguel Romão Caldeira Baptista, António Manuel Freire Louro, José Maria Mendes Fura, Joaquim Calhaço Subtil, Armando Manuel Carrilho Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra; (já se tendo ausentado o membro Luís Duarte Lopes Tomé)

c) 4 (quatro) **Abstenções**, a saber:

- **4 votos do Grupo do PPD/PSD:** António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho, Alda Maria Antunes Grácio, Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, Celestino Marques Faustino e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra Marco Fernando Duque de Mendonça.

**Deliberação:** A proposta de Grandes Opções do Plano 2011 - 2014 foi aprovada por maioria

### 5. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento 2011;

Tomou a palavra a **Jurista da Câmara Municipal, Dr.ª Maria da Costa**, dizendo que a Proposta de Mapa de Pessoal para 2011 contempla um total de postos de trabalho de 138.

Relativamente ao Mapa de Pessoal 2010, disse que, ele contemplava e que foi aprovado pela Assembleia Municipal do Crato na sua reunião de 23 de Abril de 2010, um total de 133 postos de trabalho.

Referiu que desta comparação resulta, em bom rigor, 5 novos postos de trabalho. 3 Chefes de Divisão que decorrem da Organização de Serviços agora aprovada pela Assembleia





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*Cez*

*[Signature]*

*[Signature]*

Municipal. Disse também que as divisões, as unidades orgânicas flexíveis são chefiadas por Chefes de Divisão ao abrigo do n.º 3 do artigo 10º do Decreto-Lei 305/2009.

Disse que, decorre também um Técnico Superior para o Gabinete Jurídico em regime de contrato resolutivo a termo certo e parcial, bem como um Técnico Superior para a área do Ambiente, para o Sector das Águas e Esgotos com contrato também resolutivo a termo certo.

Referiu que estes dois novos postos de trabalho decorrem de necessidades de serviço que foram identificadas.

Também referiu, que existem três postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal 2011 que se encontram duplicados, nomeadamente por questões de mobilidade interna. Um Assistente Técnico para o Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, um Assistente Técnico para o Sector dos Recursos Humanos e um Técnico Superior para o Gabinete Florestal, uma vez que o contrato que está em vigor caducou em 2010, pelo termo do prazo e para que se continue a assegurar o funcionamento deste Gabinete é necessário o Mapa de Pessoal de 2011 prever este lugar.

Disse também que a Assembleia Municipal na sua Sessão de 11 de Junho de 2010, emitiu parecer favorável relativamente às seguintes contratações: 1 Técnico Superior de Engenharia, 1 Técnico Superior de Ciências Agrárias, 1 Técnico Superior de Psicologia, 1 Técnico Superior de Assessoria e Administração e 1 Assistente Técnico. Estes contratos estão todos em Regime de Contrato por tempo indeterminado e todos eles fazem parte do Mapa de Pessoal de 2010.

Relativamente aos contratos em Funções Públicas por tempo determinado, disse que também foi emitido parecer favorável por esta Assembleia Municipal, relativamente a 1





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Acta n.º 10/2010

Técnico Superior de Serviço Social, 1 Técnico Superior de Arquitectura, 1 Assistente Técnico, 3 Assistentes Operacionais e 2 Técnicos Superiores no âmbito Actividades de Enriquecimento Curricular.

Disse que estes 13 postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal 2010, estão também previstos no mapa de Pessoal 2011, uma vez que os procedimentos concursais estão a decorrer, não estão finalizados, por esse motivo estão novamente previstos no Mapa de Pessoal 2011, ou seja existe aqui essa transição.

Também referiu que no âmbito da assinatura do contrato de execução e de transferência de competências para o Município na área da Educação, decorreu para este Mapa de Pessoal 2011, a previsão dos seguintes lugares:

- 1 Assistente Operacional para funções de cozinheiro;
- 1 Assistente Técnico para a Secretaria;
- e 2 Técnicos Superiores para as Actividades de Enriquecimento Curricular, uma vez que elas decorrem apenas no período lectivo.

Disse que a não aprovação do Mapa de Pessoal de 2011 poderá ter como consequência a caducidade dos procedimentos concursais abertos no âmbito do Mapa de Pessoal 2010, em que esta Assembleia Municipal emitiu parecer favorável e que praticamente todos se encontram a decorrer e a Câmara Municipal, não poder contratar técnicos, por exemplo, para a área da Engenharia Civil, que neste momento está com um contrato de prestação de serviços, uma vez que o contrato caducou no ano de 2010 e encontrando-se ainda o procedimento concursal a decorrer, para assegurar essa necessidade de serviço, teve que se fazer uma prestação de serviço. O mesmo aconteceu com o Gabinete de Acção Social e também com um Assistente Técnico.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

*Cur*  
*D.*  
*Rd*

Tomou a palavra o Dr. Victor Martelo, responsável pela elaboração da Proposta de Organização dos Serviços Municipais dizendo que o limite legal até à aprovação do Decreto-Lei 305/2009 para as despesas com pessoal do quadro, era 60% das receitas do ano anterior e para o pessoal contratado era 25%.

Disse que o Município do Crato está muitíssimo abaixo disto. Que a Proposta de Mapa de Pessoal para 2011 situa as verbas, em 36% quando o limite legal seria 75%. Referiu que 75% são os 60% mais os 25% dos 60% que dá 75%. Disse que significa que o Município por um indicador de gestão tem um défice de pessoal em relação às receitas correntes.

Referiu que já trabalhou em muitos Municípios e que ficou espantadíssimo com este rácio, pois é um rácio de saúde financeira, naquilo que diz respeito ao pessoal que, é quase que inacreditável. Disse que se está a falar de menos de metade daquilo que a Lei previa como limite. Considera que isto resulta de baixos índices de técnica, de fragilidades na estrutura de pessoal e de algumas irracionalidades que se propõem corrigir.

Em bom rigor, disse que a Reorganização de Serviços implicou a criação de 4 lugares, 3 Chefes de Divisão e 1 Jurista a meio tempo. Disse que na realidade também não são 4, que se deveria considerar apenas um, porque os outros dois já estavam previsto, só não foram materializados e concretizados pela Assembleia Municipal, já existiam 2 Divisões elas só não tinham chefe.

Disse que a Reorganização de Serviços, pode-se considerar que tem como resultado apenas a criação de 2 novos lugares, mas como eles não existiam foram considerados esses 5 lugares.

Disse que, estão conscientes que esses 5 lugares vão ter um impacto financeiro e esse impacto financeiro é atenuado porque a Reorganização de Serviços vai permitir várias





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Acta n.º 10/2010

coisas. Em primeiro lugar vai permitir uma redução drástica no conjunto das assessorias. Disse que a Câmara tinha como organização fundamental no plano técnico, contratos de prestação de serviços e vai haver uma redução drástica destes contratos, que vão atenuar em muito, uma percentagem muito significativa o pequeno acréscimo financeiro que resulta da Reorganização de Serviços.

Referiu que o recurso a trabalhos especializados, é outra das áreas onde o Município tem encargos bastante vultosos, resulta em larga medida da inexistência de recursos humanos tecnicamente capazes de suprir essas necessidades de recurso ao exterior para realização de trabalhos extraordinários.

Disse também que, por outro lado, colocou como desafio uma redução de 10% num conjunto de despesas, um objectivo que lhe parece absolutamente exequível, de diversas despesas que, a ser cumprido, fará com que o impacto financeiro da Reorganização de Serviços se situe apenas em 68 mil euros.

Disse que as rubricas onde se propõe este objectivo, é no trabalho extraordinário, uma redução de 10%. É uma redução de 10% no consumo de combustíveis e no consumo de materiais de escritório e de 10% nos trabalhos especializados.

Concluiu dizendo que, isto conjugado com o fim de um conjunto de assessorias técnicas que havia permite fazer com que o resultado financeiro seja muito pequeno, situando-se num valor à volta de 1,5% do Orçamento com as despesas de pessoal.

Tomou a palavra a Dr.<sup>a</sup> Alda Grácio, do PPD/PSD, dizendo que os eleitos do PSD estavam convencidíssimos que podiam votar separadamente o Orçamento do Mapa de Pessoal. Disse que não leu nada contra. Disse também, não estar a duvidar de quem o diz que sim, mas quando chegar ao seu serviço vai solicitar instruções nesse sentido.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

Cev  
D.  
Rd.

### Acta n.º 10/2010

Referiu que os eleitos do PPD/PSD não querem, de forma nenhuma, votar contra nada, porque não querem estagnar o Concelho, não é essa a sua postura, mas uma coisa é certa, este Mapa de Pessoal não lhes diz nada.

Concluiu dizendo que o Grupo do PPD/PSD não está em condições de votar o documento como está, então propôs que estes dois pontos fossem retirados da Ordem de Trabalhos e baixem a estudo.

Tomou a palavra o **Dr. Pratas, do PS**, chamando a atenção que a última Sessão Assembleia Municipal do ano é para se votar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, isto implica que se tenha que realizar uma outra, antes do dia 31 de Dezembro de 2010.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, depois das todas intervenções, colocou à votação este ponto obtendo o seguinte resultado:

a) 9 (nove) **Votos a favor**, a saber:

- **9 votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Andreia Sofia Zacarias Véstea, Rui Miguel Varela Chorinca, Rui da Silva Matos Dias, João José Marcelino Pires, Francisco José Rei Alexandre, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Presidente da Junta de Freguesia do Crato e Mártires, José António Correia Belo e Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Peso, Manuel de Carvalho Grilo;

b) 10 (dez) **Votos contra**, a saber:

- **7 votos do Grupo do PS:** António Belo Salvado Pratas, Miguel Romão Caldeira Baptista, António Manuel Freire Louro, José Maria Mendes Fura, Joaquim Calhaço Subtil, Armando Manuel Carrilho Coelho, Presidente da





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

*Cert.*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

### Acta n.º 10/2010

Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra; (já se tendo ausentado o membro Luís Duarte Lopes Tomé)

- **3 votos do Grupo do PPD/PSD:** António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho, Alda Maria Antunes Grácio e Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, Celestino Marques Faustino

c) 1 (uma) **Abstenção**, a saber:

- **1 votos do Grupo do PPD/PSD:** Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra Marco Fernando Duque de Mendonça.

Com a apresentação de Declaração de Voto dos Grupos do PS e PPD/PSD.

**Deliberação:** A proposta do Orçamento 2011 não foi aprovada

#### 6. **Apreciação e Votação da Acta da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de Setembro de 2010;**

O Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, colocou à votação este ponto obtendo o seguinte resultado:

a) 20 (vinte) **Votos a favor**, a saber:

- **9 votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Andreia Sofia Zacarias Véstea, Rui Miguel Varela Chorinca, Rui da Silva Matos Dias, João José Marcelino Pires, Francisco José Rei Alexandre, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Presidente da Junta de Freguesia do Crato e Mártires, José António Correia Belo e Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Peso, Manuel de Carvalho Grilo;





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Acta n.º 10/2010

- **7 votos do Grupo do PS:** António Belo Salvado Pratas, Miguel Romão Caldeira Baptista, António Manuel Freire Louro, José Maria Mendes Fura, Joaquim Calhaço Subtil, Armando Manuel Carrilho Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra; (já se tendo ausentado o membro Luís Duarte Lopes Tomé)
- **4 votos do Grupo do PPD/PSD:** António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho, Alda Maria Antunes Grácio, Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, Celestino Marques Faustino e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra Marco Fernando Duque de Mendonça.

**Deliberação:** Acta da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de Setembro de 2010 foi aprovada por unanimidade

#### **7. Apreciação e Votação da Acta da Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de 26 de Novembro de 2010;**

O Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, colocou à votação este ponto obtendo o seguinte resultado:

a) 19 (dezanove) **Votos a favor**, a saber:

- **9 votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Andreia Sofia Zacarias Véstea, Rui Miguel Varela Chorrinca, Rui da Silva Matos Dias, João José Marcelino Pires, Francisco José Rei Alexandre, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Presidente da Junta de Freguesia do Crato e Mártires, José António Correia Belo e Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Peso, Manuel de Carvalho Grilo;





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

### Acta n.º 10/2010

- **6 votos do Grupo do PS:** António Belo Salvado Pratas, António Manuel Freire Louro, José Maria Mendes Fura, Joaquim Calhaço Subtil, Armando Manuel Carrilho Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra; (já se tendo ausentado o membro Luís Duarte Lopes Tomé)
- **4 votos do Grupo do PPD/PSD:** António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho, Alda Maria Antunes Grácio, Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, Celestino Marques Faustino e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra Marco Fernando Duque de Mendonça.

b) 1 (uma) **Abstenção**, a saber:

- **1 voto do Grupo do PS:** Miguel Romão Caldeira Batista.

**Deliberação:** Acta da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de Setembro de 2010 foi aprovada por maioria

Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando Carmosino**, referindo que muito ficou por ver no município e que, no princípio do ano a Câmara irá levar a cabo visitas a vários locais da autarquia.

### **Período concedido ao público**

Na presente reunião verificou-se a presença de algum público mas não houve pedidos de intervenção.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente acta sob minuta por **unanimidade**.





# MUNICÍPIO DO CRATO

## Assembleia Municipal

### Acta n.º 10/2010

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão à uma hora e trinta minutos. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão, e lavrou-se a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino Simões Bastos Silva**, pela 1.ª Secretária, **Andreia Sofia Zacarias Véstea** e pelo 2º Secretário, **Rui Miguel Varela Chorrinca**.

O Presidente da Assembleia Municipal

A 1ª Secretária

O 2º Secretário



